

A Direita Cristã e a política externa norte-americana: a construção discursiva da aliança entre Estados Unidos e Israel com base na ideologia evangélico-protestante

Erica Simone Almeida Resende

Contrariando a expectativa de perda de influência com o avanço da modernidade, a religião tem se mostrado cada vez importante no entendimento de diversas questões atuais das relações internacionais. Dentre elas, destacamos a recente controvérsia sobre a influência do lobby de Israel na política externa norte-americana na manutenção do apoio quase irrestrito dos Estados Unidos a Israel. O objetivo deste artigo é oferecer uma explicação alternativa sobre a popularidade dessa aliança, que atribuímos mais à forma como o debate público é moldado pela Direita Cristã norte-americana do que a influência do lobby junto aos formuladores de política externa. Nosso objetivo é problematizar a relação entre religião, discurso e formulação de política externa, apontando como significados e representações particulares da ideologia evangélico-protestante constroem, racionalizam e legitimam discursivamente o apoio à aliança entre os Estados Unidos e Israel no debate público.

Palavras-chave: Estados Unidos; política externa; Israel; direita cristã; análise discursiva.

Contrary to expectations of decline due to modernization, religion is steady giving proof of having a growing importance in world politics. A recent example is the controversy regarding the influence of the Israeli lobby in U.S. foreign policy-making circles as a key factor for the support of the U.S.-Israel special alliance. The purpose of this paper is to explore an alternative explanation to the broad support to this special alliance. I claim that the high public support regarding U.S.-Israel relations has much more to do with the ways by which the public debate about Israel is shaped by the American Christian Right than the reach of the Israeli lobby towards U.S. foreign policy makers. My goal is to problematize the relation between religion, discourse and foreign policy-making by pointing out how meanings and representations specific to the Evangelical-Protestant ideology construct, rationalize and legitimate a broad public the support of the special alliance between the United States and Israel.country be trapped into a civil war in modern times.

Key-words: United States; foreign policy; Israel; Christian Right; Discourse Analysis.

Um dos traços mais marcantes do projeto da Modernidade parece ser a gradual perda de influência da religião como bússola para a ação política: a tradição é substituída pela razão. Como já puderam atestar Norris e Inglehart (2005), modernização e desenvolvimento provocariam o declínio da religião como fator determinante para a organização das sociedades¹. No entanto, um olhar mais atento à realidade de hoje nos leva

a acreditar exatamente no oposto: a religião tem se mostrado cada vez mais importante no entendimento de diversas questões políticas atuais, sobretudo, nas relações internacionais. Da controvérsia do uso do véu na França, ao acirramento dos conflitos étnico-religiosos nos Bálcãs e no Chifre da Ásia; do verdadeiro revival fundamentalista no Oriente Médio à adoção do regime da sharia na Nigéria; da perseguição a monges budistas e a padres católicos na Ásia à persistência do conflito árabe-israelense: todas essas questões ligadas à religião parecem longe de desaparecer.

Erica Simone Almeida Resende é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professora adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

De fato, se existe algo que podemos afirmar sobre as relações internacionais no pós-Guerra Fria é que debates em torno de conceitos como “balança de poder”, “arsenais nucleares” e “Estados nacionais” estão em baixa, enquanto

que religião, identidades, culturas, etnias, e nacionalismos estão em alta (de novo²).

Com razão, a religião vem tomando cada vez mais espaço na orientação – seja na esfera individual, seja na comunitária – de como tomamos decisões sobre os mais variados aspectos de nossa vida: a educação de nossos filhos, nossas preferências sexuais, nosso comportamento econômico, os limites da vida humana, os padrões aceitáveis para convivência em sociedade, nosso julgamento sobre o que é justo, ou imoral, sobre o que e como punir, entre outras questões. Como bem observou Huntington (2001, p. 58), a religião se tornou, hoje, “um fator decisivo na vida dos indivíduos e na política das nações”.

Seria, justamente, nesse sentido, que Peter Berger definiu religião como “um universo de significados [...] socialmente construído e mantido” (Berger, 1967, p. 175), ao qual recorreremos para legitimar e naturalizar nossas escolhas. A religião, portanto, não deve ser entendida em seu

Pretendemos explorar a relação entre religião e formulação da política externa tendo como ponto de partida a recente controvérsia de John Mearsheimer e Stephen Walt sobre a influência do lobby de Israel no sistema político norte-americano.

aspecto institucional, tampouco como idéia flutuando que concede instrumentalidade à execução de um objetivo: ela deve ser entendida como um mapa mental para compreender o mundo e produzir-lhe significados e representações.

Com base na definição de Berger, pretendemos explorar a relação entre religião e formulação de política externa tendo como ponto de partida a recente controvérsia de John Mearsheimer e Stephen Walt sobre a influência do lobby de Israel no sistema político norte-americano. Pretendemos demonstrar como significados e representações construídas e disseminadas pela religião mostram-se capazes de influir em decisões de política externa.

Nossa empreitada se inicia com a apresentação e a crítica da argumentação desenvolvida por Mearsheimer e Walt. Partindo de nossa crítica à epistemologia seguida tanto pelos autores quanto por seus críticos e defensores, apresentaremos o que entendemos ser uma explicação alternativa à manutenção da aliança especial entre Estados Unidos e Israel. Concebendo a realidade como construção social essencialmente discursiva, e religião como mapa mental para entendimento, compreensão e interpretação dessa realidade, propomo-nos a destacar como a ideologia evangélico-protestante produz e reproduz um conjunto de significados e representações em relação a Israel que acaba se misturando e moldando o debate público sobre o tema.

Ao contrário de Walt e Mearsheimer, entendemos que a aliança entre Estados Unidos e Israel – assim como os altos índices favoráveis a Israel junto à opinião pública – se devem muito mais à forma como a ideologia evangélico-protestante se propaga no discurso público, a ponto de produzir um novo senso comum com relação a Israel, do que ao poder de influência do lobby de Israel junto aos formuladores de política externa. A fim de comprovar nossa hipótese, empregaremos métodos de análise discursiva em uma seleta, porém bastante representativa, seleção de textos produzidos e circulados pela Direita Cristã. Com base na desconstrução dos significados e representações encontrados em tais textos, identificaremos os mitos, os símbolos e as metáforas particulares à ideologia evangélico-protestante que, uma vez circulados e (re)produzidos no debate público, acabam legitimando e naturalizando uma opção de política externa.

Nossa conclusão é que, ao construir e reproduzir uma formação discursiva que atribui aos judeus a representação de “povo escolhido por Deus”, a Israel a representação de “nação abençoada”, e aos Estados Unidos a “missão ordenada por Deus” e proteger o “povo escolhido”, a Direita Cristã simultaneamente marca como universal um mapa mental particular e inscreve como natural uma identidade religiosa à sociedade norte-americana.

Nossa crítica à controvérsia do lobby de Israel

Uma das constantes da agenda da política externa norte-americana, que se fez presente já nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, atravessou o período da Guerra Fria e sobreviveu até mesmo à desarticulação do bloco soviético e aos ataques do Onze de Setembro, foi o apoio dos Estados Unidos a Israel (Curtiss, 1986, Gilboa, 1987, Mearsheimer, Walt, 2006). Apesar de a opinião pública ter começado a demonstrar, recentemente, alguma mudança no sentido contrário, em grande parte em reação à rápida deterioração da situação no Oriente Médio, ainda hoje é possível afirmar que Israel goza de grande apoio junto à opinião pública norte-americana³.

O mérito inegável de Walt e Mearsheimer foi enfrentar um problema não apenas interessante, mas, a nosso ver, muito relevante em termos de exceção decorrente da “Guerra ao Terror” promovida pelos Estados Unidos, a partir de 2001. Ao indagarem os custos políticos decorrentes da “aliança especial” entre Estados Unidos e Israel, que se estende às esferas militares e econômicas, Walt e Mearsheimer centralizam suas atenções no “lobby de Israel” e sua influência na formulação da política externa norte-americana.

Em termos gerais, os autores argumentam que não existiriam razões estratégicas ou morais suficientes para explicar a forma pela qual a aliança com Israel permanece tão inabalável e incontestável. A manutenção da aliança, segundo eles, estaria gerando custos políticos tão pesados que a escolha dos Estados Unidos como alvo de ataques terroristas de extremistas islâmicos não deveria ter sido recebida com tamanha surpresa. A conclusão de ambos é que a aliança é sustentada pela atuação de um forte lobby de Israel no sistema político norte-americano, o qual, em última hipótese, estaria prejudicando seriamente os interesses nacionais norte-americanos.

Os autores utilizam o termo “lobby de Israel” para designar uma “frouxa coalizão de indivíduos e organizações” que, atuando nas diversas esferas da sociedade norte-americana (especialmente nas esferas política, econômica, acadêmica e midiática), são capazes de “moldar a política externa favoravelmente a Israel”, mesmo em detrimento dos interesses nacionais norte-americanos. Dentre as organizações e os indivíduos citados pelos autores, destacamos American Israel Public Affairs Committee (AIPAC), Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations (CPMJO), American Jewish Committee (AJC), personalidades como os ex-embaixadores da ONU John Bolton e Jeane Kirkpatrick, os jornalistas Robert Bartley e George Will, além de antigos líderes de maioria no Congresso, como Dick Armey e Tom DeLay.

Segundo Walt e Mearsheimer, a eficiência do lobby de Israel advém de seu talento em “jogar o jogo da política dos grupos de interesse”. Dentre as diversas estratégias adotadas pelo lobby, prosseguem os autores, destacam-se: a influência no Congresso, no Senado e no Executivo, de forma a favorecer interesses israelenses; a manipulação da mídia, com o objetivo de sempre retratar positivamente Israel, israelenses e judeus; a influência do “pensamento judaico” nos principais think tanks norte-americanos, sobretudo, os que se dedicam a temas de segurança; a “patrulha ideológica” das universidades norte-americanas; e, como recurso final, a acusação pública de anti-semitismo, a fim de desqualificar críticos e disciplinar o pensamento dissidente.

Não surpreende, portanto, a dimensão da repercussão da obra de Walt e Mearsheimer em círculos políticos, acadêmicos e midiáticos. Apressadamente desqualificada por alguns como “teoria de conspiração anti-semita” (Dershowitz, 2006) e rotulada por outros como “tiro pela culatra” (Goldberg, 2006), o artigo de 2006, transformado em livro em 2007, possui, entretanto, o mérito de colocar em debate um tema de difícil tratamento para qualquer estudioso de Relações Internacionais, ou de Política Norte-americana.

Dentre as diversas ressalvas aos argumentos desenvolvidos pelos autores, destacamos as de Chomsky (2006), Hitchens (2006), Schultz (2007), Brzezinski (2006) e Mead (2007), cujas críticas tentaram ir além da pura controvérsia e procuraram fazer uma contribuição positiva para o avanço do debate sobre o problema. No entanto, entendemos que tanto os autores quanto seus críticos acabaram se atropelando, de maneira mútua, ao insistirem em uma abordagem excessivamente comprometida com o racionalismo, com o positivismo e com o materialismo, o que os impediu de problematizar conceitos básicos como interesse, soberania e anarquia.

A nosso ver, tanto Walt e Mearsheimer quanto seus críticos, ao seguirem a cartilha waltziana das Relações Internacionais, tratam o Estado como tendo interesses fixos e estáveis, o que os impedem de ver como as forças sociais criam, constroem e transformam esses interesses. Na verdade, a camisa de força de Waltz imposta pela ortodoxia da disciplina das Relações Internacionais – excessivamente comprometida com o individualismo e a antedecência do indivíduo em relação à sociedade – deixou-os cegos para os processos sociais que criam objetos, identidades, interesses e capacidades. Fica clara, assim, a opção dos autores por tratar interesses como dados exógenos ao problema.

Na verdade, conforme já havia apontado Ashley no remoto ano de 1984, o neo-realismo de Kenneth Waltz, ao celebrar o realismo científico, afirmar as promessas do estruturalismo, promover um estatismo exagerado e adotar uma visão utilitarista da ação política, da ordem social e da mudança institucional, levou uma geração de analistas de Relações Internacionais a conceber e a reproduzir uma representação da realidade por demais simplificada e abstrata, como se essa fosse totalmente desprovida de idéias, normas, valores, ou crenças. A recusa do neo-realismo a problematizar conceitos básicos da disciplina, preferindo tratá-los como dados naturais, impediu os analistas daquela geração de perceber como os conceitos eram socialmente construídos.

Como observa Ashley (1986, p. 297):

Pois que, do ponto de vista de tal modelo [o de Waltz], a economização da política internacional só pode significar o expurgo da política internacional das capacidades reflexivas que, mesmo limitadas, possibilitam o conhecimento global e a mudança criativa. Só pode significar o empobrecimento da imaginação política e da redução da política internacional a um campo de luta para o choque estratégico cego da razão técnica contra a razão técnica a serviço de fins não questionados.

Walt e Mearsheimer, assim como seus críticos, ao reproduzirem o que Ashley denomina, em sua crítica a

Waltz, de “saber tradicional”, acabam presos a uma epistemologia que impede a possibilidade da transformação. “Todo grande movimento acadêmico possui seu saber tradicional, seus mitos fundacionais lembrados coletivamente, seu entendimento institucionalizado sobre as lutas titânicas travadas e os desafios a serem superados no estabelecimento e manutenção e de sua primazia”, diz Ashley (1986, p. 230).

Nesse sentido, o debate de Alexander Wendt (1987, 1999) sobre o dilema agente-estrutura⁴ aponta, a nosso ver, a grande deficiência da obra de Walt e Mearsheimer: a incapacidade da abordagem seguida pelos autores em conceber a realidade fora do dilema da antecedência ontológica entre estrutura e agentes. Segundo Wendt, a solução de Waltz consistia em, primeiro, examinar as propriedades agregadas das capacidades dos Estados, a fim de determinar uma estrutura definida pela distribuição de capacidades para, em seguida, postular que essa estrutura constrangeria o comportamento dos Estados, gerando, assim, padrões de interação estatal. No entanto, de acordo com Wendt, Waltz deixava de ver como as estruturas faziam mais do que simplesmente constranger agentes; elas também construíam as identidades e os interesses desses

A lógica da existência de um interesse nacional racionalmente identificável se baseia na suposição de que a realidade seja um domínio independente e acessível a observadores; ou seja, de que haveria algo chamado “interesse nacional” que pode ser objetivamente identificado e perseguido por políticas adequadas.

agentes. Walt e Mearsheimer parecem ter caído na mesma armadilha, ao não introduzir em sua obra a problematização entre agentes, identidades e interesses.

Assim, empregando o conceito de estrutura⁵ de Anthony Giddens, e ainda resgatando a teoria social, Wendt concebe uma realidade em que nenhuma estrutura poderia ser tão determinante a ponto de eliminar por completo a capacidade dos agentes para a reflexão crítica e, com ela, a capacidade para a transformação consciente da estrutura. Dessa forma, Wendt inovou ao recorrer à teoria social para defender o processo de co-constituição de agentes e estrutura, concebendo, assim, uma realidade que admite mudança. A realidade, nesse sentido, não é dada; e sim socialmente construída, com base na interação entre agentes e estrutura.

Concluindo, Walt e Mearsheimer, assim como seus críticos, ao permanecerem extremamente comprometidos com o racionalismo, o positivismo e o materialismo, preferem explicar as relações internacionais – e conseqüentemente a política externa – como simples reação compor-

tamental às forças físicas que atuam em objetos materiais, partindo do exterior. Não foram capazes de enxergar que vivemos em um mundo que construímos, no qual somos protagonistas, e que é produto de nossas escolhas, em que somos agentes, e que se encontra em permanente construção social. Não se trata de um mundo que, conforme caracterização feliz de Nogueira e Messari (2005, p. 164), “nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar.” Por ser um mundo socialmente construído, pode ser mudado, transformado, ainda que dentro de certos limites.

A segunda grande deficiência da obra de Walt e Mearsheimer seria a falta de problematização da própria noção de “interesse nacional”, tratada pelos autores, assim como por seus críticos, como dado exógeno ao problema de formulação de política externa. Tal concepção naturalizada do que seria o interesse nacional norte-americano os impede de perceber que ele também é socialmente construído, assim como a própria realidade.

Walt e Mearsheimer continuam presos a uma noção pré-determinada, fixa, estável e monolítica do que seria “interesse nacional”. Seu tratamento do conceito reproduz o legado de Hans Morgenthau, para quem “interesse nacional”, definido em termos de poder, deveria ser entendido como “o principal indicador que ajuda o realismo político a achar seu caminho através da paisagem da política internacional” (Morgenthau, 1978, p. 5).

Seu conteúdo, diria o filósofo alemão, deveria ser inferido da anarquia, do caráter de auto-ajuda do sistema internacional. Por estarem presos a um “dilema da segurança” (Herz, 1951), os Estados deveriam deduzir racionalmente seus interesses nacionais, cujos objetivos deveriam ser sempre orientados para “proteger sua identidade física, política e cultural contra a intromissão de outras nações” (Morgenthau, 1951, p. 972).

Qual parece ser o problema de tal abordagem? A nosso ver, a proposição que Walt e Mearsheimer resgatam em Morgenthau para tratar de interesse nacional é bastante vaga. Como acertadamente já observava Sonderman com relação a Morgenthau, o conceito por ele formulado sobre interesse nacional, reproduzido por Walt e Mearsheimer, é “muito extenso, muito geral, muito vago, inclui muita coisa” (Sonderman, 1987, p. 60). Apenas afirmar que os Estados buscam segurança e, para tal, devem identificar e perseguir seus interesses nacionais, não oferece muito em termos das escolhas específicas que confrontam os for-

muladores de política externa. A expressão “identificar e perseguir os interesses nacionais” acaba virando uma caixa vazia, despida de qualquer “conteúdo substantivo”, nas palavras de Rosenberg (1990, p. 291).

Na verdade, a lógica da existência de um interesse nacional racionalmente identificável se baseia na suposição, que entendemos incorreta, de que a realidade seja um domínio independente e acessível a observadores; de que haveria algo chamado “interesse nacional” que pode ser objetivamente identificado e perseguido por políticas adequadas. Como Weldes (1996, p. 279) argumenta, interesses, assim como realidade, atores, e poder, não são auto-evidentes: “objetos e eventos não se apresentam sem problemas ao observador”; “são produtos de interpretação, de subjetividade”, afirma ela.

A forma como Walt e Mearsheimer deixam de problematizar esses conceitos, sobretudo, o de interesse nacional, sinalizaria aquilo que Edward Luttwak identifica como “preconceito iluminista” inerente ao realismo e às suas revisões posteriores. Seria justamente esse preconceito que leva Walt, Mearsheimer e toda uma geração de analistas de Relações Internacionais a privilegiar a análise de política externa, com base em uma perspectiva estratégica e racionalista. Tal comportamento acabou produzindo a reificação⁶ de diversos conceitos das Relações Internacionais, e não apenas o de interesse nacional.

Concordando parcialmente com a proposta construtivista de Alexander Wendt para o dilema agente-estrutura, rejeitamos as premissas seguidas por Walt e Mearsheimer, assim como seus críticos e defensores, que pautaram a controvérsia sobre o lobby de Israel pela noção de que o interesse nacional deva ser exclusivamente orientado por imperativos de segurança e sobrevivência, devido a uma suposta estrutura inerentemente anárquica do sistema internacional. Ao escrever que “anarquia é o que os Estados fazem dela” (1992, p. 395), Wendt quer argumentar justamente que a estrutura anárquica que os realistas dizem determinar o comportamento dos Estados seria, na verdade, uma construção social reproduzida na disciplina⁷.

Nesse sentido, não podemos falar que exista uma realidade lá fora, com um interesse nacional pré-determinado que poderia ser racionalmente identificado e perseguido por formuladores de política externa. Em vez de serem auto-evidentes, as noções de realidade e interesse nacional são fundamentalmente questões de interpretação. Nesse caso, a possibilidade para ação não reside na realidade (a estrutura), nem nos interesses dos Estados (os agentes), mas na interpretação e nos significados que atribuímos a estes.

Conforme define Weldes, interesses nacionais são

“construções sociais convertidas em objetos de significado a partir de significados criados intersubjetiva e culturalmente com os quais compreendemos o mundo, e, em especial, o sistema internacional e a posição que os Estados ocupam nele” (1996, p. 280). Weldes prossegue, afirmando ainda que, mais especificamente, “o interesse nacional emerge das representações através das quais diplomatas e servidores públicos compreendem o mundo”. Como isso acontece?

Recorrendo a um universo de elementos culturais e linguísticos a nossa disposição, criamos representações que constroem objetos (ex.: Estados, interesses, formuladores de política, instituições, atores não-estatais, movimentos sociais, etc.) e lhes atribuímos uma identidade (ex.: agressivo, cooperativo, hostil, pacífico, não-ameaçador, revisionista, etc.) que pareça aceitável e razoável.

Por exemplo, imagine um Estado qualquer que tenha sido socialmente construído como agressivo às democracias ocidentais. Seria razoável e aceitável presumir que ele buscará se aliar a regimes totalitários na Ásia. Assim, ao produzirmos uma representação das relações internacionais e ao povoá-la com objetos aos quais atribuímos identidades, o sistema de representações e significados que daqui emerge já define a identidade (agressivo a democracias) e o comportamento daquele Estado (buscar aliança com regimes autoritários). O interesse nacional recebe conteúdo e significado no momento em que é transformado em objeto de interpretação, de discurso.

Assim, como já argumentou Wendt, se “as identidades estão na base dos interesses” (1992, p. 398), e se essas são fruto de processos de significação e interpretação, precisamos de teorias que esclareçam a “estrutura intersubjetivamente construída de identidades e interesses” dos Estados (1992, p. 401). No entanto, ao contrário de Wendt, entendemos que a reflexão sobre a relação de co-constituição entre estruturas e agentes deve reconhecer não apenas a existência dos ideais e do material; ela também deve ser capaz de incorporar o simbólico em termos de produção de significados.

Tal teoria deve conceber uma realidade em que todos os objetos, sujeitos e ações possuam significados; e que reconheça a natureza instável e performática das identidades que são atribuídas a esses objetos, sujeitos e ações. Buscamos, portanto, uma teoria que dê conta daquilo que Foucault descrevia como “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falamos” (1972, p. 49). Assim, precisamos de uma teoria com foco nos discursos: as práticas sociais de produção e reprodução de significados e representações.

Daí nossa crítica à obra de Walt e Mearsheimer. Ao

conceberem uma realidade dada, não-problematizada, os autores vêem Estados, interesses, lobbies, identidades e preferências como objetos despídos de significados, fora das práticas sociais que lhes constroem e lhes atribuem significado discursivamente. Não percebem que a realidade é constituída de discursos que empregamos para naturalizar posições de poder, criar o senso comum. Por isso, os autores falham ao não investigar e problematizar a forma pela qual os discursos dominantes moldam o debate público sobre o tema, naturalizando e reificando as opções de política externa com relação a Israel. Eles acabam, portanto, com uma visão distorcida da realidade, em que um agente (o lobby de Israel) possui total agência sobre a estrutura (a política externa norte-americana).

Nosso artigo pretende desenvolver uma explicação alternativa para o problema levantado por Walt e Mearsheimer ao, em primeiro lugar, redefinir realidade como construção social essencialmente discursiva; segundo, dar atenção à relação entre discursos, ideologia e ação política; e, finalmente, identificar e desconstruir o sistema de significados e representações disseminados nos discursos dominantes circulados pela Direita Cristã que molda o debate público sobre a relação entre Estados Unidos e Israel a fim de revelar a ideologia evangélico-protestante que tenta naturalizar uma opção de política externa.

Discursos, ideologia e ação política

Inspirando-se em uma pluralidade de fontes teóricas, como a fenomenologia de Heidegger, o conceito de “jogos de linguagem” de Wittgenstein, a psicanálise de Lacan, a desconstrução de Derrida, a semiologia de Barthes e as formações discursivas de Foucault, a teoria de discurso concebe o uso da linguagem como prática social, rompendo os limites rígidos da estrutura “sentença-fala”. Concebendo a realidade como essencialmente discursiva, a teoria de discurso busca problematizar a relação entre linguagem, produção de significado e construção social da realidade. Tal argumento, recorrentemente atribuído à afirmação de Derrida de que “não existe nada fora do texto” (1974, p. 158), é por muitas vezes interpretado como rejeição quanto à existência do mundo material.

A premissa pós-estruturalista/pós-moderna da realidade enquanto discurso pode ser melhor compreendida por meio da distinção proposta por Laclau e Mouffe (1985). Segundo eles, não se trata de negar a existência da realidade. O fato de que todo objeto seja concebido como objeto de discurso não se confunde com a existência de uma realidade externa ao pensamento, prosseguem. “Um terremoto, ou a queda de um tijolo, constituem um evento que certamente existe, pois que o evento ocorre aqui e agora, independentemente de nossa vontade”, explicam. No entanto, esses eventos somente ganham especificidade como

eventos naturais, ou como produto da ira divina, se forem articulados dentro de uma unidade discursiva específica que os constroem como tais. “Não negamos a existência desses objetos fora do pensamento”, concluem, “mas sim a insistência em vê-los como objetos que se constituem fora de qualquer condição discursiva de emergência” (Laclau, Mouffe, 1985, p. 108).

A importância dos discursos não reside em sua capacidade de atuarem como espelhos da realidade social. Discursos são relevantes porque, ao produzirem significados, constroem a realidade dentro do arcabouço poder/saber explorado por Foucault em sua crítica à modernidade. Assim, discursos não são espelhos da realidade; são construtores da própria realidade. Não podemos, portanto, reduzi-los a uma “visão distorcida da realidade”, ou a uma “falsa ideologia”, como entende a ortodoxia marxista em sua crítica à ideologia.

Na verdade, conforme observa Jäger (2002), os discursos constroem uma realidade específica que não deve ser confundida com distorções, ou falsidades ideológicas, e muito menos com meras idéias flutuando no vácuo. Discursos possuem materialidade porque, ao se apropriarem de velhos discursos, adaptando mitos, narrativas, símbolos e imagens do passado ao presente, e projetando-as para o futuro, acabam produzindo sujeitos, objetos, significados, ações e, portanto, realidades. Discursos, nesse sentido, possuem uma agência e uma materialidade que não podem ser ignoradas na compreensão da ação política.

Em nossa abordagem, recorremos a Jackson (2006, p. 164) para caracterizar discursos como “os conjuntos de idéias relacionadas que empregam um arranjo específico de vocabulários, regras, símbolos, rótulos, presunções, narrativas e outras formas de ação social que, por sua vez, determinam o que é possível – ou impossível – de ser dito acerca de um determinado objeto; é o que passa a ser entendido como normal, como se fosse oriundo do senso comum, e assim aceito como ‘conhecimento legítimo’”. Nesse sentido, os discursos estabelecem, na esfera do debate público, os parâmetros, possibilidades e interesses da formulação política.

A partir do reconhecimento do poder do discurso, passamos a entender o porquê do interesse de pós-estruturalistas e pós-modernos na linguagem como fonte constituidora da realidade: eles procuram identificar como as relações de dominação atuam nos discursos de forma a construir socialmente demandas parciais, temporárias, contingentes e particulares como verdades totais, permanentes, necessárias e universais. A atenção recai, justamente, em entender a agência dos discursos nos processos de produção de significado e sua relação com política e ideologia.

A nosso ver, a contribuição mais inovadora que surgiu sobre o tema vem de Laclau e Mouffle (1985), que souberam reformular o conceito de hegemonia de Gramsci, tendo como base a crítica pós-estruturalista de Barthes, Derrida, Laclau e outros. Definindo política como “a prática da criação, reprodução e transformações das relações sociais” (1985, p. 153), Laclau e Mouffle resgatam o papel da ideologia e do debate público na produção, circulação e legitimação de significados particulares da realidade social como se esses fossem universais. Será no debate público travado na sociedade civil que discursos concorrentes se enfrentarão em busca da consolidação de suas estruturas de poder.

Em reação, ou mesmo em antecipação, a um momento de crise em que significados até então dominantes são deslocados de suas posições privilegiadas, novos discursos surgem, na tentativa de estabilizar e regular significados, com o objetivo de produzir ordem. Em tais momentos, abre-se uma janela de oportunidade para o avanço de posição de demandas particulares, que são articuladas como universais por meio do discurso. Quando uma demanda atinge tal objetivo, passando a ser percebida como universal sem perder sua natureza particular, um novo senso comum emerge, fechando o momento de crise. Para Laclau e Mouffle, a relação estabelecida entre a demanda particular e a totalidade das demandas não satisfeitas é uma relação de hegemonia, que somente se tornou possível pela articulação discursiva.

No entendimento de Laclau (2005), quando um discurso finalmente se mostra capaz de estabelecer uma percepção dominante da realidade para todos os participantes do processo comunicativo, e assim estabilizando os significados deslocados no momento de crise, ocorre a sutura das divisões internas do corpo social, que adquire uma nova formação identitária coletiva. A hegemonia se estabelece, reproduz-se e se consolida a partir do momento em que nossa percepção sobre as relações sociais e a realidade é modificada de acordo com a significação articulada no discurso dominante.

Seria justamente nesse sentido que falamos sobre o poder do discurso em produzir senso comum, elaborando o que Gramsci denominava de “características difusas e não coordenadas de um modo de pensamento genérico” (1971, p. 33), ou o que Stuart Hall chamava de “categorias de consciência prática” (1986, p. 30). A produção do senso comum se revela, portanto, o “momento de extremo fechamento ideológico” (Hall, 1985, p. 105), no qual são estabelecidos os limites da possibilidade, da inteligibilidade da realidade (Butler, 1993, p. 187), produzindo, então,

práticas e instituições específicas.

Seguindo a tendência recente em Relações Internacionais sobre a investigação do papel das estruturas de significado (Campbell, 1998; Weldes, 1999; Jackson, 2006; Marfleet, Miller, 2005; Nabers, 2006; O’Reilly, 2007; Shakman Hurd, 2007) nos processos de formulação de política externa norte-americana, o presente artigo pretende problematizar como os processos de produção de significados constroem socialmente as decisões de política externa.

Partindo da premissa pós-estruturalista de que o Estado não possui uma essência objetiva pré-existente, como arguiu Richard Ashley (1986) ao rejeitar a antecedência ontológica de Estados sobre a estrutura, assim como David Campbell (1998), ao argumentar que os Estados seriam entidades inacabadas, em permanente processo de geração, deslocamos nosso referencial ontológico de compreensão da realidade para os processos de produção e reprodução de significados no discurso. Nesse sentido, aceita-

Pós-estruturalistas e pós-modernos procuram identificar como as relações de dominação atuam nos discursos de forma a constituir socialmente demandas parciais, temporárias, contingentes e particulares como demandas totais, permanentes, necessárias e universais.

mos o postulado articulado por Howarth (2000, p. 101) de que “todo objeto e ação produz significado, que é conferido por sistemas particulares de diferenças significantes”.

Retomando nossa crítica anterior à obra de Walt e Mearsheimer, entendemos que interesses nacionais não são formulados, identificados, ou deduzidos, com base na estrutura do sistema internacional, para, em seguida, serem reconhecidos, validados e legitimados. Por rejeitarmos a antecedência ontológica entre agente e estrutura, entendemos que interesses nacionais são legitimados à medida que são socialmente construídos no discurso. A relação, portanto, é de co-constituição. Os discursos dominantes, ao produzirem significados, criando objetos e atribuindo-lhes identidades, simultaneamente já constroem e legitimam os interesses nacionais.

No caso aqui abordado, da aliança entre Estados Unidos e Israel, os discursos que conseguem maior circulação e exposição para se multiplicarem e se consolidarem constroem os limites da inteligibilidade da ação política. Os significados e as representações se reproduzem até se transformarem em senso comum no debate público norte-americano sobre Israel, naturalizando as opções de política externa. Dessa forma, os discursos dominantes reificam

e normalizam construções sociais, como, por exemplo, o interesse nacional norte-americano em apoiar, ou não, Israel, passando a tratá-las como fatos incontestáveis, verdades inabaláveis, refratários a qualquer tipo de crítica.

O método de análise de discurso que desenvolveremos em nosso trabalho tem como meta revelar a natureza socialmente construída da realidade representada e significada pelos discursos dominantes acerca da aliança entre Estados Unidos e Israel, apontando as origens ideológicas que foram obscurecidas pelos discursos dominantes. Por esse motivo, o foco de nossa atenção se volta para os mitos, narrativas, imagens e símbolos discursivamente articulados como regimes de verdade, a fim de revelar as demandas particulares que estão sendo articuladas como universais, e assim naturalizadas e reificadas.

Não se trata apenas de buscar interpretar algo previamente existente, ou analisar a alocação da produção de significados e representações. Permanecendo na tradição pós-estruturalista, nosso compromisso é com a análise e

Walt e Mearsheimer ignoraram a força da ideologia evangélico-protestante na articulação e sustentação do discurso da Direita Cristã em defesa de Israel e as condições favoráveis de reprodução e circulação que tal discurso encontrou.

crítica da realidade que é construída pelos discursos dominantes. Na verdade, todo e qualquer discurso, mas em especial os discursos dominantes, podem e devem ser criticados e problematizados, de forma a trazer à tona suas contradições internas, suas origens obscurecidas, e a ideologia que lhes dá sustentação. Como nos lançamos em tal empreitada?

Retomando a problemática do nosso artigo, entendemos que Walt e Mearsheimer falharam ao deixar de localizar a discussão da aliança especial entre Estados Unidos e Israel dentro dos discursos dominantes que lhe conferem inteligibilidade no debate público norte-americano. Ignoraram, sobretudo, a força da ideologia evangélico-protestante na articulação e sustentação do discurso da Direita Cristã em defesa de Israel e as condições extremamente favoráveis de reprodução e circulação de massa que tal discurso encontrou na rede de comunicação controlada pelo movimento. Tal negligência fez com que Walt e Mearsheimer ignorassem a capacidade do discurso da Direita Cristã de se tornar dominante no debate público norte-americano a ponto de gerar senso comum.

Por essas razões, defendemos a hipótese de que a manutenção da aliança especial entre Estados Unidos e Israel – assim como os altos índices favoráveis àquele país junto

à opinião pública norte-americana – se devem muito mais ao fato de que o discurso da Direita Cristã tenha se tornado dominante no debate público norte-americano, informando os limites da possibilidade de ação em política externa. Empregamos métodos de análise discursiva em uma pequena – porém bastante representativa – seleção de textos produzidos e divulgados pela Direita Cristã que atingiram enorme público.

Nossa opção por uma pequena amostra de textos pode causar certa surpresa inicial, mas entendemos que tal fato não invalide, muito menos empobreça nossa análise. Seguindo a tradição pós-estruturalista, concebemos o texto como organismo vivo, dinâmico e multidimensional. Como observou Roland Barthes (1977), ao decretar a morte do autor em favor do nascimento do leitor, “em uma multiplicidade de textos, tudo pode ser desmembrado, mas nada totalmente decifrado”, já que “um texto não constitui uma linha de palavras emitindo um único significado ‘teológico’ (a ‘mensagem’ do Autor-Deus)”.

Em conseqüência, entendemos que os textos circulam infinitamente, produzindo e reproduzindo múltiplos significados, que “se misturam e se chocam entre si”, conforme as palavras de Barthes, gerando discursos que duelam para se tornarem dominantes. Ao entender o texto como um “tecido de fios entrelaçados com referências retiradas de inúmeros centros culturais em vez de uma única experiência individual”, Barthes recomenda, portanto, que nos limitemos a “puxar” um desses fios de significado e explorá-lo. Pretender puxá-los em sua totalidade seria o mesmo que buscar tal mensagem única do Autor-Deus, reafirmando, assim, a primazia da estabilidade dos significados.

Propomo-nos, portanto, a puxar três pequenos fios que formam o tecido do discurso da Direita Cristã norte-americana em relação a Israel. Nosso objetivo é identificar o que diz e – mais importante – o que deixa de dizer cada fio que puxaremos desse tecido. Quais são os termos em que as frases são ditas? Quais narrativas e mitos estão sendo empregados? Quais são as estruturas de poder que estão sendo naturalizadas? Quais afirmações parciais e particulares que estão sendo transformadas em verdades totais e universais? Enfim, propomo-nos a efetuar a desconstrução de três textos produzidos pela Direita Cristã com o objetivo de identificar os mitos, os símbolos, as narrativas e as imagens particulares à ideologia evangélico-protestante que, uma vez introduzidos e reproduzidos no debate público com grande intensidade, transformaram-se no discurso dominante sobre a política externa norte-americana para Israel.

No entanto, antes de avançar para a desconstrução e crítica do discurso da Direita Cristã, entendemos necessário proceder a uma breve caracterização do movimento. Seguindo recomendação de Jäger (2002), antes de dar atenção ao conteúdo do discurso, urge primeiramente identificar a localização social da qual o discurso emerge. Assim, dedicaremos as próximas páginas a identificar e entender o plano discursivo da Direita Cristã norte-americana e as origens e os contornos de sua ideologia.

Antes, algumas palavras sobre a Direita Cristã

Embora definir a Direita Cristã não seja a principal proposta desse artigo, a experiência anterior mostra o quanto profícuo é deixar de lado alguns equívocos e preconceitos, antes de seguir adiante. É importante entender de onde seus integrantes vieram, o que eles querem e como se tornaram uma influente força na política americana⁸.

Popularizada no início dos anos 1980 para designar um espectro particular de indivíduos e de organizações da ala mais conservadora, unidos por seu forte apoio aos valores tradicionais, a Direita Cristã não é um grupo unitário, ou monolítico. De fato, um dos maiores erros em relação ao tema é considerar a Direita Cristã como composta apenas de protestantes evangélicos. Embora seja verdade que o movimento seja quase que imediatamente associado aos evangélicos, pentecostais e fundamentalistas cristãos, é preciso ter em mente que a Direita Cristã também angaria apoio de católicos, judeus, mórmons e até de laicos. Apesar de os evangélicos protestantes serem a maioria dos adeptos, nem todos os membros da Direita Cristã são protestantes evangélicos, nem todos os evangélicos protestantes fazem parte da Direita Cristã. O que parece fazê-los convergir para um movimento não é tanto o rótulo, ou a denominação religiosa, mas o sentimento de compartilhar uma agenda política bastante específica, que envolve questões como controle de natalidade, aborto, direito dos gays, separação entre Estado e Igreja e pesquisa de células-tronco embrionárias.

O termo “Direita Cristã” surgiu em 1979, em um encontro de líderes de organizações e movimentos locais, como a Moral Majority (que depois passou a se chamar Liberty Federation), a Religious Roundtable e a Christian Voice, além de partidários de líderes políticos e religiosos, como Robert Grant, Pat Robertson, Jerry Falwell e Ed McAteers, que começaram a se unir em resposta à reviravolta política, social e cultural dos anos 1960: as lutas pelos direitos civis, os protestos contra a guerra no Vietnã, a cultura antiestablist, o movimento de liberação da mulher, a revolução sexual, o avanço dos movimentos homossexuais, etc.

Em oposição a uma série de decisões da Suprema Corte americana – em especial, *Engel v. Vitale*, de 1962⁹; *Lemon v. Kurtzman*, de 1971¹⁰; e *Roe v. Wade*, de 1973¹¹ – e como uma reação imediata à visível mudança de padrões morais na América, esses grupos começaram a se organizar, em nível local, envolvidos em lutas contra a pornografia, a obscenidade, os métodos de ensino e o material didático, sobretudo, no que diz respeito à Teoria da Evolução, à homossexualidade e ao aborto.

Liderados por figuras enérgicas e carismáticas, como Jerry Falwell, Pat Robertson e Phyllis Schlafly, os ativistas da Direita Cristã procuraram defender os valores cristãos tradicionais, que estariam sendo atacados, segundo eles, por uma sociedade americana cada vez mais laicizada. O que diferenciava Falwell, Robertson e Schlafly de outros líderes conservadores era sua estratégia de inscrever, na narrativa de “Americanidade”, tradicionais valores cristãos, como a autoridade da Bíblia em todas as esferas da vida, a necessidade da fé em Jesus Cristo e a importância dos valores cristãos em público e em particular. A Direita Cristã se mostrou tão bem-sucedida em traduzir suas reivindicações para um público mais amplo que o instituto de pesquisa George Gallup proclamou 1976 como o “Ano dos Evangélicos”.

No que parece ser o longínquo ano de 2001, George W. Bush é empossado como 43º presidente após uma eleição bastante controversa em 2000¹². Apresentando-se, durante a campanha presidencial, como um “conservador compassivo”¹³, Bush assumiu com o desejo de governar do centro, tanto com republicanos quanto com democratas, na tentativa de curar as feridas do pleito presidencial de 2000¹⁴. A idéia acabou sendo, rapidamente, deixada de lado, porém, quando a intensa devoção de Bush às suas crenças cristãs e a seus defensores se tornou inegável.

Enquanto outros presidentes discutiram sua fé e como isso influenciava suas políticas (exemplos notáveis são John Kennedy e Ronald Reagan), de modo aberto, George W. Bush foi, de longe, o único que tentou intervir de forma contundente na laicidade do Estado, recorrendo a programas sociais e educacionais, com atividades baseadas na fé, e usando um incontável número de termos religiosos em discursos. A mensagem era bastante clara: a Direita Cristã havia chegado ao poder.

Fato inegável. Ainda que os evangélicos constituam apenas cerca de 25% da população nacional, eles representaram 40% do eleitorado de Bush em 2000 (Kaplan, 2004, p. 3). De acordo com o Instituto Gallup, 56% dos que diziam “ir à igreja toda semana” votaram em Bush; em 2004, foram 63%¹⁵. Mais importante é que não se trata apenas de uma questão de números, mas da qualidade do voto. De acordo com Kaplan (*ibidem*), os evangélicos formam

“as bases locais do Partido Republicano, os que acreditam nele, suas tropas para angariar votos”. A Direita Cristã também não deve ser entendida apenas como mais um grupo de interesse contemplado pelo governo Bush. Ela é a base, não só de Bush, mas de todo Partido Republicano.

Passados oito anos do que muitos consideram a mais evangélica administração da Casa Branca, a Direita Cristã ainda permanece descontente e disposta a mostrar novamente sua força política na base do partido. Escolhida pelo candidato republicano John McCain para compor chapa como candidata à vice-presidente, a governadora do Alasca Sarah Palin representa justamente a continuidade da Direita Cristã em empurrar sua agenda política conservadora. Posicionando-se em clara oposição às elites norte-americanas da Nova Inglaterra, à permissividade da cultura californiana, à imprensa liberal e aos apelos por uma América diversa e cosmopolita, Sarah Palin parece seguir

O termo “Direita Cristã” surgiu em 1979, em um encontro de líderes de organizações e movimentos locais e partidários políticos e religiosos, que se uniram em resposta à reviravolta política, social e cultural dos anos 1960.

à risca a cartilha da Direita Cristã. Ela é a favor do porte de armas, da redução dos impostos, do endurecimento em relação aos imigrantes ilegais e ferozmente contra o aborto, a eutanásia, as pesquisas com células-tronco, os direitos dos homossexuais, a intervenção do Estado no mercado, entre outros temas caros à agenda conservadora.

Retomando nossa problemática, é interessante notar a relação entre a Direita Cristã e a agenda da política externa em relação a Israel. Há três décadas, em uma pesquisa sobre comunidades rurais no estado de Wyoming, Griffin, Martin e Walter (1976, p. 107) identificaram uma forte relação entre a “ortodoxia religiosa” característica daquelas comunidades protestantes da área rural e a “crença de que o Estado de Israel representava o cumprimento de uma profecia bíblica”. Desde então, diversos pesquisadores se dedicaram ao tema (Mouley, 1982, Reich, 1984, Curtiss, 1986), a ponto de levar o historiador Marsden a afirmar que o maior impacto que os evangélicos tiveram nos Estados Unidos em termos de política pública nos últimos 50 anos foi “seu papel na expansão da base popular de apoio quase ilimitado em favor do Estado de Israel” (Marsden, 1991, p. 77).

No entanto, a maioria das pesquisas concentra a atenção em identificar o apoio a Israel, quantificando as doações financeiras a congressistas, senadores, ou grupos de interesse que advoguem a causa de Israel – e assim repetindo as mesmas falhas presentes na obra de Walt e Mearsheimer.

Poucos foram aqueles que se dedicaram a entender e a problematizar a ideologia evangélico-protestante como origem do discurso da Direita Cristã sobre Israel e, mais especificamente, como tal discurso ultrapassa as fronteiras da Direita Cristã, passando a ser consumido por outros segmentos da sociedade norte-americana, e assim dominando o debate público sobre Israel.

Avançamos, assim, nossa hipótese de que, ao contrário do argumento apresentado por Walt e Mearsheimer, entendemos que a aliança entre Estados Unidos e Israel – assim como os altos índices favoráveis a Israel junto à opinião pública norte-americana – se devem muito mais à forma pela qual a ideologia evangélico-protestante se propaga no debate público, a ponto de produzir um novo senso comum em relação a Israel, do que o poder de influência do lobby de Israel junto aos formuladores de política externa.

Recorrendo a dados levantados por Kohut e Stokes (2006) sobre as atitudes dos norte-americanos frente a Israel, descobrimos que, em uma pesquisa conduzida pelo Pew Research Center em julho de 2003, 44% dos americanos

afirmaram acreditar que os territórios onde hoje se localiza Israel foram prometidos por Deus ao povo judeu, e 36% acreditavam que a criação do Estado de Israel constituiria o primeiro sinal da Segunda Vinda de Jesus. Já em pesquisa realizada em 2006, o apoio a Israel também permanecia alto e estável: em torno de 48% dos entrevistados.

Como tais idéias, tão intensamente ligadas a sentimentos religiosos e, no caso da religião evangélico-protestante, e não judaica, foram capazes de serem percebidas como naturais e, aparentemente, incontestáveis e refratárias a críticas na linha de Walt e Mearsheimer? Conforme já argumentamos, discursos dominantes são indispensáveis para a compreensão dos processos de construção social da realidade e, conseqüentemente, da ação política, porque são capazes de articular significados e representações particulares – sempre comprometidos, portanto, com uma ideologia específica – com as demandas da totalidade, construindo, assim, uma relação de hegemonia entre o particular e o geral.

Construções sociais se tornam senso comum quando conseguem equacionar representações particulares da realidade como representações universais. Em termos simples, idéias viram senso comum quando são percebidas como expressão da totalidade sem, no entanto, perderem suas particularidades. É o senso comum que possibilita a naturalização, retificação e obscurecimento das relações de poder que são apagadas pela articulação discursiva das di-

ferenças entre o particular e o universal.

Análise e desconstrução do discurso da Direita Cristã

Como amostra representativa do discurso da Direita Cristã relacionado a Israel, selecionamos três textos redigidos por Pat Robertson, um pastor televangelista fundador de diversas organizações ligadas à Direita Cristã, como o grupo Christian Coalition, a organização American Center for Law and Justice (ACLJ), a rede de televisão Christian Broadcasting Network (CBN) e o centro universitário Regent University. Robertson é ainda apresentador do programa de entrevistas diário *The 700 Club*, um dos mais antigos programas de TV religiosos a ainda permanecer no ar, cuja audiência diária soma cerca de um milhão de telespectadores.

Originalmente, um pastor batista do sul depois convertido a Cristão Renascido, Robertson tentou, sem sucesso, concorrer à presidência em 1988 pelo Partido Republicano. Logo em seguida, formou o grupo Christian

A Direita Cristã não deve ser entendida apenas como mais um grupo de interesse contemplado pelo governo Bush. Ela é a base, não só de Bush, mas de todo o Partido Republicano.

Coalition, uma organização que conta com 1,7 milhão de evangélicos como membros, tornando-a rapidamente uma das organizações de ativismo de base mais influente da ala conservadora da política norte-americana. Sua extensa rede de contatos é mantida sempre politicamente ativa e engajada, graças a um eficiente sistema de comunicação por malas diretas e banco de dados compilados junto a pequenas comunidades, paróquias e congregações. Com isso, a Christian Coalition vem se mostrando um grupo de pressão bastante organizado.

Robertson dispõe ainda de vasta rede de influência, que se estende por empresas de rádio, TV e revistas, diversos empreendimentos imobiliários e financeiros ligados a outros grupos cristãos, além de ser visitante freqüente em centros universitários cristãos, seminários, missões, onde profere palestras e promove a agenda conservadora da Direita Cristã. Todos esses fatores fazem de Robertson uma reconhecida figura imediatamente associada à Direita Cristã, uma espécie de porta-voz informal do movimento, apesar de às vezes controverso em suas declarações. Defendendo a mesma agenda política conservadora, posicionando-se em atitude defensiva e recorrendo a uma narrativa de “América Verdadeira”, com base em elementos da ideologia evangélico-protestante, entendemos que

Robertson seja um adequado representante desse movimento.

Para fins deste artigo, cabe-nos estabelecer que Robertson compartilha da mesma ideologia evangélico-protestante que organiza o discurso da Direita Cristã. Devido a sua exposição contínua na mídia, sobretudo, com seu programa, seus pronunciamentos possuem grande penetração no debate público. Os textos selecionados para nossa análise são: (1) “The Land of Israel: a Gift from God”, (2) “Why Evangelical Christians Support Israel”, e (3) “On Israel and the Roadmap to Peace”. Apesar de concebidos para fins específicos, como palestras, ou ensinamentos em seminários, esses textos evoluíram em escopo e alcance, sobretudo, a partir do momento em que ganham a Internet, por meio de posts e podcasts em seu site.

Texto 1¹⁶: “A Terra de Israel: Uma dádiva de Deus”¹⁷

A terra de Israel é fascinante. Estive lá muitas vezes. Mas há uma guerra ocorrendo lá, uma luta por aquele território, e nós nos perguntamos se eles sobreviverão.

O texto começa com a narrativa de Israel em um estado de guerra pelo território. O território é naturalizado como a única razão para a guerra. Não há menção de nenhum conflito sobre interesses econômicos, reivindicações étnicas, autodeterminação etc. Dá-se prioridade ao território sobre qualquer outra motivação. Não há qualquer contextualização da guerra: nenhuma problematização sobre as razões que levaram ao aparecimento da guerra, sobre quando ela irrompeu, e nem sobre se ela deveria ser chamada, ou não, de uma guerra. Embora o Estado de Israel seja prontamente posicionado como um dos lados da guerra, nenhuma informação é fornecida sobre o outro lado.

Permitam-me levá-los um pouco ao passado, ao tempo de Josué que sucedeu Moisés. Eu quero lhes mostrar o que diz Livro de Josué.

A História é construída para ser entendida não com base em um registro de eventos históricos cronológicos, mas partindo de registros bíblicos. A razão para a criação de Israel não surge da História, mas de uma profecia. Desse modo, a história da existência de Israel é, por consequência, naturalizada e recebe um sentido teológico.

Bem, uma palestina disse que Deus não é agente de imóveis e que Ele não dá terras para o povo. Mas ela não conhece a Bíblia. A Bíblia diz claramente, “Eu dei a vocês essas terras”.

Pela primeira vez, há uma menção do lado contra o qual Israel está supostamente em Guerra. Curiosamente,

não se trata de outro Estado, mas de um indivíduo: um palestino. A “guerra” não coloca um Estado – Israel – contra outro Estado, mas contra um povo – os palestinos. Mais uma vez, a história de Israel é naturalizada em termos bíblicos. Não há contextualização sobre a criação do Estado de Israel. Nenhuma menção à Declaração de Balfour, à aprovação do Mandato Britânico da Palestina, à Resolução nº 181 da ONU, à guerra de independência etc. Ao creditar a criação de Israel a uma referência bíblica, a narrativa ignora o papel das instituições internacionais e legitima a reivindicação israelense aos territórios, ao inferir um direito ao território da Bíblia, como se a terra tivesse sido oferecida por Deus no passado remoto.

Quero mostrar a extensão da terra porque este era o território de Salomão, o filho de Davi que viveu em 950 a.C. (isso foi há muito tempo). Vocês seguem todo o caminho ao norte do Rio Eufrates que cobre a melhor parte da Síria moderna atual. O império de Salomão se estendia até o Rio Eufrates. E Tyre, Sidon e Megiddo. E eles possuíam a Via Maris que ia desde Damasco até o Cairo. Ela ia tão longe que chegava até a área mais ao sul de Gaza. Um pouco mais ao sul havia um riacho chamado Rio do Egito. Não o Nilo; o Nilo está mais distante. Tudo isso era deles e se estendia até ao sul e depois vinha Kadesh Barnea e a entrada para o Golfo de Aqaba. E se estendia até o Rio Jordão. Esse era o território que Deus deu a Josué.

Podemos ver a emergência de um claro padrão: a naturalização da reivindicação de Israel sobre o território por meio de referências bíblicas. Não há qualquer história fora da Bíblia. Isso se torna evidente pela clara omissão de qualquer contexto histórico em termos das lutas pelo território no Oriente Médio. Ademais, há o uso de nomes antigos e tradicionais para designar locais do território de Israel (por exemplo, Tyre, Sidon, Megiddo, Via Maris, Kadesh Barnea) e de nomes modernos e seculares para designar locais fora de Israel (Síria, Damasco, Cairo, Egito etc.).

Quando os locais se situam dentro de territórios reivindicados por Israel, nomes bíblicos, tradicionais e antigos, são usados; se aparecem fora, são designados por seus nomes seculares e modernos. Como resultado, o que se situa dentro de Israel é naturalizado, legitimado por meio de nomes antigos, e o que se situa fora é secularizado, modernizado e, assim, sujeito à disputa. Além disso, ao recorrer a nomes seculares e modernos para designar territórios fora de Israel, o texto ajuda o leitor a identificar os Estados modernos como ameaças atuais a Israel. Quem saberia que “Kemet” é o antigo nome do Egito? Uma vez mais a naturalização de Israel, por meio da referência bíblica, é reforçada.

E Israel sobreviverá? Claro que sobreviverá, porque Deus virá em sua defesa.

A existência e a sobrevivência do Estado de Israel são construídas como a vontade de Deus, daí a necessidade de sua defesa. E se Deus virá em sua defesa, os cristãos deveriam também estar preparados para protegê-lo.

E por que a América está a favor de Israel? Porque nós temos uma grande história de crença bíblica – judaico-cristã – e acreditamos que Deus deu a terra aos descendentes de Israel. Ela não foi dada à Palestina, ela não foi dada aos chamados palestinos. Ela não foi dada aos sauditas, nem aos sírios.

A citação acima é da maior importância, já que encapsula a formação do discurso que baseia o texto. De acordo com essa narrativa, Deus abençoou o povo judeu e prometeu a eles a terra de Israel. Foi o próprio Deus que escolheu o povo judeu como o proprietário por direito da terra. A narrativa exclui qualquer reivindicação por parte de palestinos, sauditas, ou sírios.

Foi dada aos descendentes de Abraão, Isac e Jacó por meio de Josué. Deus disse, vocês caminhem sobre ela e conquistem-na e Eu lhes darei. Estamos olhando para um período de mais de 3 mil anos. Essa foi a terra de Israel. E ela pertence a eles. E Deus não permitirá que ninguém a retire deles.

Israel é construído mais como um direito profetizado do povo judeu descendente de Abraão do que como uma comunidade política emergente de um processo histórico em contextos específicos. A criação de Israel é descrita como um ato de Deus e, como tal, não pode ser desfeita. Diz-se que Deus abençoou os judeus ao dar-lhes terra e ao afirmar sua vontade de protegê-los de ameaças. O passado e o futuro de Israel são naturalizados, e não admitem mudança, nem críticas.

Texto 2: “Por que os cristãos evangélicos apóiam Israel?”¹⁸

No final do século XIX a Rainha Vitória da Inglaterra teria perguntado ao Primeiro-Ministro Benjamin Disraeli a seguinte questão: “Sr. Primeiro-Ministro, quais são as evidências para a existência de Deus?”

Disraeli pensou por um momento e respondeu, “Os judeus, sua majestade”. De acordo com a resposta de Disraeli, a evidência principal da existência de Deus é o povo judeu... ou seja, o povo que em 586 a.C. foi deportado para a Babilônia e retornou após 70 anos para reconstruir a sua nação. E novamente foram massacrados pelos romanos em 70 d.C. e, a despeito de séculos de diáspora, expulsões, guetos e tentativas de extermínio em massa, mantiveram-se fiéis à sua crença e aos seus costumes e, agora, passados 2.500 anos de peregrinação, retornaram à nação prometida por Deus aos seus ancestrais. Uma nova nação surgiu neste território em 1948 e foi nomeada em homenagem ao seu ancestral Jacó, cujo nome Israel, de origem divina, quer dizer “Príncipe com Deus”. E de forma a realizar outra profecia ances-

tral, Deus, por intermédio de Eliezer Bem-Yehuda, cujo filho Ehad relatou, enquanto seu pai morava na Europa Ocidental, ele ouviu uma voz e viu uma luz direcionando-se para ele com a seguinte mensagem: levar aos judeus uma língua pura, o hebraico, a língua da Torah e dos profetas.

Sim, a sobrevivência do povo judeu é um milagre de Deus. O retorno do povo judeu para a terra de Abraão, Isaac e Jacó é também um milagre de Deus. As vitórias do exército judeu em distintas batalhas como em 1948, 1967 e 1973 constituem, sem sombra de dúvida, milagres de Deus. As maravilhas tecnológicas da indústria israelense, o poderio militar, o desenvolvimento da agricultura, as frutas e flores, assim como a abundância da terra, testemunham os cuidados de Deus com essa nação e a capacidade de seu povo.

O texto começa com uma narrativa teológica que expressa uma visão particular dos Evangélicos acerca do papel do povo judeu no mundo moderno: oferecer uma prova irrefutável da existência de Deus. De acordo com essa narrativa, o Livro do Gênesis relata que Deus havia prometido a Abraão uma “grande nação”, onde aqueles que o haviam abençoado também assim o seriam, enquanto que aqueles que o tivessem punido receberiam tratamento semelhante. A despeito de qualquer sofrimento, perseguição, ou obstáculos, a nação de Abraão irá sobreviver e se desenvolver porque foi abençoada por Deus. Para os judeus, ter sobrevivido a tantas vicissitudes e depois retornado à sua terra natal é um verdadeiro milagre.

No entanto, a narrativa exclui a contextualização da “sobrevivência do povo judeu”. Não há qualquer menção sobre as especificidades relativas às dificuldades e/ou vitórias porque elas são atribuídas à interferência de Deus e, portanto, não há relatos sobre a participação humana. Esse dado se torna particularmente problemático em relação aos conflitos de 1948, 1967 e 1973, assim como frente ao desenvolvimento tecnológico, militar e econômico da nação. Não há qualquer referência ao auxílio militar e econômico prestado por nações estrangeiras, que possibilitou a vitória israelense nesses eventos.

Vocês precisam entender que o Deus que falou a Moisés no Monte Sinai é o nosso Deus. Abraão, Isaac e Jacó são os nossos patriarcas espirituais. Jeremias, Ezequiel e Daniel são os nossos profetas. O Rei David, um homem que buscou o coração de Deus, é o nosso herói. A Cidade Sagrada de Jerusalém é a nossa capital espiritual. E a continuidade da soberania judaica sobre a Terra Sagrada é um sinal de que o Deus da Bíblia existe e de que Sua Palavra é verdadeira.

Os evangélicos compartilham a crença cristã de que os cristãos representam as verdadeiras crianças de Deus, herdeiros das suas promessas ao povo Hebreu ancestral. É por

isso que o discurso evangélico recorre a uma identificação estratégica com o povo judeu: nosso Deus, nossos profetas, nossos heróis e nossa capital.

Senhoras e senhores, não cometam nenhum equívoco – o mundo inteiro está travando uma batalha religiosa. Essa disputa não está relacionada a dinheiro, ou território; não é sobre a riqueza versus a pobreza; ou ainda, sobre costumes ancestrais e modernidade. Não, a batalha é se Hubal, o Deus Lua de Meca, conhecido como Allah, é superior, ou se o judeu-cristão Jeová, Deus da Bíblia, é superior. [...] Se o povo escolhido por Deus entregar a Allah o controle dos seus sítios mais sagrados, se eles sucumbirem aos vândalos muçulmanos as sepulturas de Raquel, de José, dos patriarcas e dos profetas; se eles acreditarem que o seu direito à Terra Sagrada vem de Lorde Balfour da Inglaterra e das Nações Unidas, e não das promessas do Deus Todo-Poderoso, dessa forma, o Islã terá vencido a batalha. E a mensagem que irá percorrer o mundo muçulmano será “Allah é superior a Jeová. As promessas de Jeová não têm sentido algum. Nós, agora, em nome de Allah, podemos exterminar os judeus e levá-los para fora da terra que pertence a Allah” .

A passagem acima circunscreve o Oriente Médio como o principal palco de embates de cunho religioso entre o Cristianismo e o Islã. Essa batalha apresenta como mote central a fonte suprema de autoridade moral: Jeová, ou Allah. O Estado de Israel é levado a participar do conflito, pois na condição de representante do povo escolhido de Jeová simboliza a própria cristianidade. Desta forma, a terra natal e o povo são percebidos como construções simbólicas da fé. Por outro lado, a mesma lógica de identificação e representação é utilizada para definir os palestinos como “vândalos muçulmanos”, que buscam o controle do “território sagrado” e se apossar dos túmulos dos “profetas sagrados” e do território prometido aos judeus.

Nesse discurso, a terra natal apresenta um significado especial, porque o controle dos territórios no Oriente Médio pelo povo judeu está intimamente ligado às profecias bíblicas e à própria existência de Deus. Se, porventura, o controle for repassado aos palestinos, em última instância significaria que as profecias cristãs são falsas, da mesma forma que Jeová. Em suma, a cristandade terá sucumbido. Curiosamente, essa passagem reproduz a lógica de Samuel Huntington acerca do “conflito de civilizações”: um sistema de pensamento binário que coloca em oposição dois universos de significações de temas ligados à fé.

Texto 3: “Sobre Israel e o mapa do caminho da paz”¹⁹

Senhoras e senhores, Israel é a capital espiritual do mundo. É o que Deus chama de umbigo da terra, no Velho Testamento. Por que todas as nações se ocupam tanto com Israel? Digo-lhes por que. Trata-se do posto avançado de Deus, e estaríamos, de certa forma, dando a Deus um olho

roxo, se seus planos fossem frustrados por seres humanos. E Ele não deixará que as pessoas frustrem Seu plano.

Conforme já mencionado, o tema do controle territorial se revela de importância essencial na articulação discursiva da Direita Cristã, que a constrói como elemento definidor na luta entre o Cristianismo e o Islamismo. Assim, Israel é construída como a capital do mundo: um mundo cristão, obviamente. Torna-se clara a forma pela qual o discurso da Direita Cristã dissemina uma representação de mundo específica que naturaliza o mundo como se esse fosse totalmente cristão.

Se os Estados Unidos, e quero que vocês me ouçam bem, se os Estados Unidos ajudarem a rasgar metade de Jerusalém de Israel e entregarem esse território a Yasser Arafat e a um grupo de terroristas, veremos a ira de Deus se manifestar sobre essa nação, de tal forma que os furacões parecerão um piquenique da Escola Dominical. Ainda nem podemos imaginar como as coisas vão piorar se liderarmos esse tipo de tentativa.

No discurso de Robertson, o controle dos territórios no Oriente Médio pelo povo judeu está intimamente ligado às profecias bíblicas e à própria existência de Deus. Se o controle fosse repassado aos palestinos, isso significaria que as profecias cristãs são falsas.

A passagem acima se destaca por fazer uma referência aberta a Israel como tema na política externa norte-americana. O texto descreve uma situação de política internacional (a partilha da soberania sobre Jerusalém entre israelenses e palestinos) para, em seguida, de maneira sutil, atribuir uma identidade aos Estados Unidos (nação cristã temente a Deus) e aos palestinos (terroristas), articulando, finalmente, a necessidade de adotar uma ação política específica na política externa (apoio irrestrito a Israel contra o mundo).

Essa é uma posse perpétua que Deus deu a Abraão, e todo esse território é a terra de Israel. Não existe aquilo que chamam de Estado palestino, nunca existiu. Estamos criando algo que nunca aconteceu antes, transgredindo as Escrituras. Deus pode amar George Bush. Deus pode amar a América. Deus pode amar todos nós, mas se nos tornarmos um obstáculo à realização da profecia e tentarmos frustrar as palavras imutáveis de Deus, podemos nos preparar para enfrentar muitos problemas. Acredito que esse seja um aviso ao qual todos nós devemos prestar atenção.

Aqui, encontramos outro exemplo de como o discurso da Direita Cristã articula realidades por meio de associa-

ções e oposições, com base em mitos e narrativas cristãs. Enquanto Israel é construído e naturalizado como um Estado legítimo (território escolhido por Deus, cidadania definida pelo sangue de Abraão), a demanda palestina por um Estado soberano é negada pela naturalização da História (“não existe um Estado palestino e nunca existiu”). A agência humana na História é limitada e circunscrita à vontade divina, conforme previsto na Bíblia (“Agora, teremos algo que nunca existiu em contradição com as Escrituras”). Mais uma vez, os Estados Unidos são construídos como nação cristã, na qual o presidente, o povo e o país são amados – e continuarão a ser amados e abençoados por Deus, enquanto continuarem a apoiar e defender Israel contra seus inimigos.

Esse mapa, da forma como foi proposto, com o Quarteto formado pelas Nações Unidas, União Européia e os russos, todos eles são inimigos de Israel. Se nos aliarmos aos inimigos de Israel, estaremos enfrentando Deus Todo-Poderoso. E não quero nos ver nessa posição.

A proposta apresentada pelo presidente norte-americano George W. Bush, em 2002, para a negociação da paz

no Oriente Médio, o chamado “mapa do caminho”, é fortemente condenada no discurso da Direita Cristã, que a considera uma traição de Deus. O plano de paz, que conta com o apoio do chamado “Quarteto” (Estados Unidos, União Européia, Nações Unidas e Rússia), prevê a criação de um Estado palestino independente lado a lado com Israel. A proposta é bastante criticada pela Direita Cristã, não apenas pelo objetivo que pretende promover (a criação de um Estado palestino), como também pela composição do próprio “Quarteto”, que é significado pela Direita Cristã como “inimigos de Israel”.

O emprego da expressão “da forma como está proposto” sugere que um plano de paz para o Oriente Médio é desejável, contanto que seu conteúdo e arranjo sejam diferentes dos atuais. A insistência em promover o mapa do caminho constitui, de acordo com o discurso aqui articulado, um desafio a Deus e a rejeição dos valores cristãos.

Para os evangélicos da Direita Cristã, o fato de que o povo judeu tenha sobrevivido a milhares de anos de perseguição e que tenha finalmente retornado à sua terra original constitui prova irrefutável, conforme os termos do discurso aqui articulado, de que Deus existe, de que a Bíblia é um texto sagrado, e de que a religião cristã é a verdadeira. Para os evangélicos, a narrativa moderna da perseguição do povo judeu, especialmente o fato de terem sobrevivido ao Holocausto, parece uma história tirada diretamente da

Bíblia.

Nesse sentido, o discurso articula uma aproximação de significados entre o Holocausto promovido pelo regime nazista alemão e os esforços dos faraós da Antiguidade em exterminar o povo judeu. Assim, a criação do Estado de Israel, em 1947, passa a representar o retorno do povo judeu à terra sagrada prometida por Deus a Abraão, significando o cumprimento da profecia sagrada. Trata-se do primeiro passo de um povo abençoado destinado a se tornar uma “grande nação”. Posteriores vitórias militares sobre os exércitos árabes e a sobrevivência continuada do Estado judeu, inobstante inimigos e ameaças à sua volta, são construídas pelo discurso evangélico como prova incontestável de que Deus existe e age na História.

Considerações finais

Quando falamos em política externa, pensamos imediatamente na idéia de “promoção dos interesses nacionais”, como se esses fossem auto-evidentes, à espera de serem identificados e rotulados como tais. A associação de idéias entre política externa e interesses nacionais é tão rápida e fácil que nos esquecemos de que ambos não são objetos de identidade fixa, imutável, constante e atemporal. São construções sociais, assim como a própria realidade. John Mearsheimer e Stephen Walt pecam ao insistirem na antecedência ontológica entre agentes e estruturas, ao conceberem uma realidade que não admite transformação. Ao ignorarem a natureza socialmente construída da realidade social, os autores reificam não apenas a própria noção de interesses nacionais, como também outros conceitos fundamentais das Relações Internacionais, como Estado, sistema, interesses e identidades. Assim, a forma como os autores conceberam o problema da aliança entre Estados Unidos e Israel fizeram-nos subvalorizar, senão até ignorar por completo, o papel dos discursos na construção social da realidade e dos interesses.

Ao privilegiar uma concepção de realidade como construção social de natureza essencialmente discursiva, tentamos oferecer uma explicação alternativa à prioridade reconhecida à aliança especial com Israel na política externa norte-americana. Ao focalizar o papel dos discursos nos processos de construção de significados e representações, deslocamos a análise de Mearsheimer e Walt dos lobbies e grupo de interesse para as dinâmicas de linguagem que moldam e direcionam a construção do senso comum no debate público sobre Israel. Dessa forma, conseguimos revelar como discursos dominantes – como os (re)produzidos pela Direita Cristã norte-americana – são capazes de moldar as idéias de senso comum acerca de realidades, objetos e identidades.

A Direita Cristã norte-americana, ao possibilitar a cir-

culação e distribuição a grandes massas de textos que correm a um sistema de representações e significados com origem em sua ideologia evangélico-protestante, fornece as condições necessárias à produção e reprodução de um discurso religioso no debate público sobre Israel. A natureza ideológica do discurso sobre Israel é facilmente identificada pelas narrativas, imagens, mitos e símbolos particulares à ideologia evangélico-protestante que sustenta o sistema de representações e significados articulados pela Direita Cristã.

Dentre os diversos elementos que nos permitiu identificar a origem ideológica e, portanto, particular, do discurso dominante sobre Israel, destacamos: a percepção da vontade divina como agência única da História, Deus como fonte única de poder e da moral, a Bíblia como fonte única de narrativas históricas, a concepção do homem como inerentemente condenado ao pecado, a criação e existência do Estado judeu de Israel como cumprimento de uma profecia divina, a resistência do povo judeu como prova da existência de Deus e da iluminação do texto bíblico, e, como resultado, o imperativo de apoio e de defesa de Israel para que os Estados Unidos possam continuar sob Suas graças.

Interessante observar como um discurso que articula representações e significados de uma realidade tão específica é capaz de se reproduz de tal forma a naturalizar uma ação política tão controversa e sensível como a aliança especial com os Estados Unidos. No entanto, o discurso aqui problematizado demonstra como a ideologia é capaz de, de modo sutil e sem encontrar resistências, simultaneamente atribuir ao povo judeu uma identidade de povo eleito, a Israel uma identidade de terra eleita e abençoada por Deus, reservada ao povo que Ele eleger, e – talvez o mais curioso – uma identidade de nação cristã para os Estados Unidos e, por isso, necessariamente, aliado de Israel.

Uma vez decodificado o discurso de “povo eleito e nação predestinada”, no qual Israel é construído como algo muito maior do que apenas mais um Estado localizado no Oriente Médio, torna-se possível perceber o significado de Israel para a Direita Cristã: a reafirmação de uma identidade nacional americana essencialmente cristã e, de maneira mais específica, evangélico-protestante. Reveladas as origens ideológicas desses discursos, não nos surpreende que as recorrentes e sucessivas críticas à aliança especial entre Estados Unidos e Israel, sejam apressadamente desqualificadas e deslegitimadas. São discursos que contestam o senso comum já disseminado no debate público norte-americano. Na verdade, críticas nesse sentido somente fortalecem a percepção de que o mundo odeia Israel e o povo judeu porque os homens pecadores naturalmente odeiam Deus e Seu povo eleito. Assim, os Estados Unidos reafirmam sua fé em Deus e, nesse sentido, sua vocação de

nação cristã, ao defender Israel e o povo judeu contra tudo e contra todos – a qualquer custo.

Notas

¹ Considerando que a religião se alimenta de sentimentos de medo, inércia e vulnerabilidade, Norris e Inglehart argumentam que o peso da religião na organização da vida social persistiria somente em sociedades menos desenvolvidas, que ainda lutam para se modernizar. Sociedades que experimentam níveis altos de desenvolvimento tendem a ver o declínio da religião, enquanto que sociedades mais pobres ainda continuariam bastante religiosas. A conclusão é que a religião veria sua importância diminuída no mundo moderno. Ver Norris e Inglehart (2005).

² Lapid e Kratochwill (1996) entendem que se deve falar em “retorno”, visto que eles já eram objeto de interesse na área, sobretudo entre 1940 e 1960. O momento atual diferencia-se, contudo, pela forma como a área de RI revê esses temas, privilegiando processos e mudanças ao invés de estabilidade e continuidade.

³ Segundo o instituto de pesquisa Pew Research Center, em sondagens realizadas em 2006, cerca de 48% dos norte-americanos entrevistados possuem uma atitude favorável a Israel. De acordo com o relatório, os altos índices de apoio a Israel junto à opinião pública se mantêm mais ou menos estáveis há cerca de uma década. Fonte: <<http://pewresearch.org/pubs/39/the-us-publics-pro-israel-history>>.

⁴ Sobre o debate agente-estrutura em geral, ver ainda Carlsnaes (1992), Dessler (1989) e Wight (2006).

⁵ Sobre o conceito de estruturação social, ver Giddens (1984).

⁶ Berger e Luckmann (1996) entendem reificação como o processo pelo qual as criações humanas passam a ser concebidas como fatos da natureza, produto de leis cósmicas, ou manifestação da vontade divina.

⁷ Por exemplo, se o sistema é dominado por Estados que vêm anarquia como uma situação de vida ou morte – uma anarquia hobbesiana, em seus termos – então o sistema será caracterizado por uma luta de todos contra todos. Se, por outro lado, a anarquia é vista como uma situação restrita – uma anarquia “lockeana”, como Wendt caracteriza – então, um sistema mais cooperativo emergirá. Anarquia é, assim, concebida como um produto da interação estatal, e não como característica natural, inerente e imutável do sistema internacional.

⁸ Para um balanço das crenças e valores da Direita Cristã, ver Lienesch (2005). Sobre a emergência da Direita Cristã no cenário político norte-americano, ver Martin (1996).

⁹ No veredicto de Engel v. Vitale, determina-se que é inconstitucional que o governo imponha uma oração oficial às escolas e exija sua leitura nos colégios públicos.

¹⁰ Lemon v. Kurtzman regulou o envolvimento do governo nas escolas particulares de religião, declarando que nenhuma lei referente à religião poderia ter efeito primário tanto para estimular quanto para inibir o exercício da fé, nem poderia resultar em uma aproximação excessiva de Estado e religião.

¹¹ Com Roe v. Wade, legalizou-se o aborto, derrubando-se todas as leis federais e estaduais que proibiam ou restringiam o aborto.

¹² Bush ganhou a eleição de 7 de novembro por uma estreita margem, com 271 votos, contra os 266 de Al Gore, no Colégio Eleitoral. A eleição foi marcada pela polêmica sobre quem teria conquistado os 25 votos da Flórida (e, conseqüentemente, a presidência), pelo processo de recontagem no estado, pela decisão da Suprema Corte de não interferir no processo de certificação desse estado e pelo fato incomum de o candidato perdedor ter recebido mais votos do que o vencedor.

¹³ Introduzida por Martin Olasky em seus livros *Renewing American compassion* (1996) e *Compassionate conservatism: what it is, what it does, and how it can transform America* (2000), a expressão se popularizou ao ser adotada por George W. Bush como seu principal slogan na campanha presidencial de 2000. Ver Riley (2006), Magnet (1999) e Kristol (1995).

¹⁴ “President elect George W. Bush holds media availability with congressional leaders”. December 18, 2000.

¹⁵ “How Americans Voted”, The Gallup Organization, November 5, 2004.

¹⁶ Apesar de que o ato de tradução por si só é capaz de alterar os significados produzidos no discurso, optamos por incluir traduções livres no corpo do artigo para facilitar a leitura. A análise textual, todavia, foi feita com base nos textos originais em inglês.

¹⁷ “The Land of Israel: a Gift from God”, disponível em <http://www.patroberson.com/teaching/TeachingonIsraelTerritory.asp>.

¹⁸ Why Evangelical Christians Support Israel? Disponível em <http://www.patroberson.com/Speeches/IsraellLauder.asp>.

¹⁹ “On Israel and the roadmap to peace”. Disponível em: <http://www.patroberson.com/Teaching/TeachingonRoadMap.asp>

Referências

- ASHLEY, R. K. (1986). ‘The Poverty of Neorealism’. In: KEOHANE, R. (ed.) *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press.
- BARTHES, R. (1977). ‘Death of the Author’. In: *Image, Music, Text*. New York: Hill & Wang.
- BERGER, P. (1967). *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*. New York: Anchor Books.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. (1996) *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Anchor/Doubleday.
- BRZEZINSKI, Z. (2006). “A Dangerous Exemption”. *Foreign Policy*, Jul/Aug.
- BUTLER, J. (1993). *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. London: Routledge.
- CAMPBELL, D. (1998). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. 2nd ed. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CARLSNAES, W. (1992). “The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis”. *International Studies Quarterly*, 36, (3): 245-70.

- CHOMSKY, N. (2006). "The Israel Lobby?". ZNET, March 28th, 2006.
- CURTISS, R. H. (1986). *A Changing Image: American Perceptions of the Arab-Israeli Dispute*. Washington: The American Educational Trust.
- DERSHOWITZ, A. "Debunking the Newest – and Oldest – Jewish Conspiracy: a Reply to the Mearsheimer-Walt 'Working Paper'". April, 2006. Disponível em: http://www.hks.harvard.edu/research/working_papers/der-showitzreply.pdf.
- DESSLER, D. (1989). "What's at Stake in the Agent-Structure Debate?". *International Organization*, 43 (3): 441-473.
- DERRIDA, J. (1974). *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- FOUCAULT, M. (1972). *The archeology of knowledge*. New York: Pantheon Books.
- GIDDENS, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- GILBOA, E. (1987). *American Public Opinion Toward Israel and the Arab-Israeli Conflict*. Lexington: Lexington Books.
- GOLDBERG, M. "Is the 'Israel Lobby' distorting America's Mideast policies?". Salon.com. April 18th, 2006. Disponível em: <http://www.salon.com/news/feature/2006/04/18/lobby/index.html>.
- GRAMSCI, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.
- GRIFFIN, K., MARTIN, J., WALTER, O. (1976). "Religious Roots and Rural Americans' Support for Israel during the October War". *Journal of Palestine Studies* (1976) 6:104-114.
- HALL, S. (1985). "Signification, Representation, Ideology; Althusser and the Post-structuralist Debate". *Critical Studies in Mass Communication* 2 (2): 91-114.
- HALL, S. (1986). "The Problem of ideology – Marxism without Guarantees". *Journal of Communication Inquiry* 10 (2): 45-60.
- HERZ, J. (1951). *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press.
- HITCHENS, C. (2006). "Overstating Jewish Power: Mearsheimer and Walt give too much credit to the Israeli lobby". Slate.com, March 27th.
- HOWARTH, D. (2000). *Discourse*. Buckingham: Open University Press.
- HUNTINGTON, S. P. (2001). "Religious Persecution and Religious Relevance in Today's World". In: ABRAMS, E. (ed). *The Influence of Faith: Religious Groups and US Foreign Policy*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- JACKSON, R. (2006). "Genealogy, Ideology, and Counter-Terrorism: Writing wars on terrorism from Reagan to George W. Bush Jr". *Studies in Language & Capitalism*, 1: 163-193.
- JAGER, S. (2002). "Discourse and knowledge: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis". In: WODAK, R. (2002). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications.
- KAPLAN, E. (2004). *With God on Their Side: How Christian Fundamentalists Trampled Science, Policy, and Democracy in George W. Bush's White House*. New York: New Press.
- KOHUT, A., STOKES, B. (2006). *America Against the World: How We Are Different and Why We Are Disliked*. New York: Times Books.
- LACLAU, E (2005). *On Populist Reason*. London: Verso.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso.
- LAPID, Y., KRATOCHWILL, F. (ed.) (1996). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. London: Lynne Rienner Publishers.
- LIENESCH, M. (1993). *Redeeming America: Piety and Politics in the New Christian Right*. Chapel Hill: University of Carolina Press.
- MARFLEET, G. B., MILLER, C. (2005). "Failure after 1441: Bush and Chirac in the UN Security Council". *Foreign Policy Analysis* (2005) 1, 333-360.
- MARTIN, W. (1996). *With God on Our Side: The Rise of the Religious Right in America*. New York: Broadway.
- MARSDEN, G. M. (1991). *Understanding Fundamentalism and Evangelicalism 1870-1925*. Grand Rapids: Eerdmans.
- MEAD, W. R. (2006). "Jerusalem Syndrome: Decoding The Israel Lobby". *Foreign Affairs*, 86 (6): 160-168.
- MEARHEIMER, J, WALT, S. (2006). *The Israel Lobby and US Foreign Policy*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- MORGENTHAU, H. (1951). *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. New York: Alfred A. Knopf.
- MORGENTHAU, H. (1978). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 5th Ed. New York: Alfred A. Knopf.
- MOULEY, R. W. (1982). "Israel: Darling of the Christian Right". *The Humanist*, 42:5-11.
- NABERS, D. (2006). "Culture and Collective Action: Japan, Germany, and the United States after 11 September 2001". *Cooperation and Conflict*, (41) 3, 305-326.

- NOGUEIRA, J. P., MESSARI, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- NORRIS, P., INGLEHART, R. (2005). *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'REILLY, K. P. (2007). "Perceiving Rogue States: The Use of the 'Rogue State' Concept by U.S. Foreign Policy Elites". *Foreign Policy Analysis* 3, 295-315.
- REICH, B. (1984). *The United States and Israel: Influence in the Special Relationship*. New York: Praeger.
- ROSENBERG, J. (1990). "What's the matter with Realism". *Review of International Studies* 16(4): 285-303.
- SCHULTZ, G. P. (2007) "The Israel Lobby Myth". U.S. News and World Report. September 9th, 2007.
- SHAKMAN HURD, E. (2007). "The Discursive Origins of a Doctrine: Norms, Identity, and Securitization under Harry S. Truman and George W. Bush". *Foreign Policy Analysis* (2007) 3, 345-367.
- SONDERMAN, F. A. (1987). "The Concept of National Interest". In OLSON, W.C. (ed.). *The Theory and Practice of International Relations*. 7th Ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- WELDES, J. (1996). "Constructing National Interests". *European Journal of International Relations*, 2 (3): 275-318.
- WENDT, A. (1987). "The agent-structure problem in international relations theory". *International Organization*, 41, (3): 335-370.
- WENDT, A. (1992). "Anarchy is What States Make of it: the Social Construction of Power Politics". *International Organization* 46(2): 391-425.
- WENDT, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WIGHT, C. (2006). *Agents, Structures and International Relations. Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press.